



ÁREA CIENTÍFICA DAS CIÊNCIAS DA SAÚDE

PLANO DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO

PREAMBULO

Com entrada em vigor dos Estatutos do IPVC, (Despacho Normativo nº 7/2009, de 6 de Fevereiro de 2009) deu-se início a alterações da estrutura organizacional do instituto e dos seus órgãos, tendo-se criado as estruturas científicas transversais à instituição.

Em Julho de 2012 concluiu-se o processo de criação das áreas científicas, estando previstas nas suas competências a definição das linhas gerais de política e de estratégia científica das respetivas áreas, tendo em conta as orientações de política global do Instituto e em 23 de Outubro de 2013 foi homologado o regulamento da Área Científica das Ciências da Saúde. Em 23 de Janeiro de 2013 foi aprovado o Plano de Desenvolvimento Estratégico da Área Científica, que se estruturava em torno dos eixos do “Plano Estratégico 2011-2014”, do IPVC.

Entretanto 2015 inicia-se um processo de definição do Plano Estratégico 2015-19. São criados grupos de trabalho constituídos essencialmente pela comunidade académica do IPVC, tendo sido auscultados os principais stakeholders do IPVC, que se organizam em torno dos seguintes eixos estratégicos:

- Educação, ensino e formação
- I+D+I e Transferência
- Comunidade IPVC
- Sociedade, internacionalização e cooperação
- Governança

O processo de construção do Plano Estratégico foi assessorado pela Universidade Técnica da Catalunha.

Quer para a avaliação do Plano Estratégico 2010-14, quer para a construção e implementação do Plano Estratégico 2015-19, há necessidade de fazer alguma contextualização da situação política, económica e social do país.

Desde 2011, que o país atravessa um período de intensa crise económica, com assistência financeira externa, com fortes repercussões sociais. Este quadro condiciona as instituições de ensino, com limitações às contratações de pessoal, aproveitamento das condições para aposentação, diminuição do financiamento das instituições ou maior dificuldade no acesso a bolsas para doutoramento.

O desemprego é elevado. Observa-se diminuição de candidatos ao Ensino Superior, maiores taxas de abandono, e elevado número de estudantes com necessidade de acederem a bolsas de apoio social ou a terem necessidade de exercer actividade remunerada para poderem efectuar a formação académica.

Observa-se a descontinuidade dos CET, e criam-se os CESTP, com a duração de dois anos, e especificamente direcionados para o Ensino Politécnico.

Alguma da regulação estabelecida relativamente ao número de candidatos necessários para o funcionamento dos cursos, faz com que se observe uma acelerada reestruturação de cursos, que permitam aumentar o acesso.

A situação na Saúde e na Enfermagem é fortemente influenciada pela situação económica. Há limitação à contratação, aumenta o número de horas de trabalho semanal, diminuiu o pagamento de horas incómodas, com os profissionais a manifestarem sobrecarga física e emocional. As condições nos serviços condicionam a disponibilidade dos enfermeiros para o acompanhamento dos estudantes em formação. Muitos dos recém-formados optam pela emigração, continuando o Reino Unido a constituir-se uma oportunidade.

A alteração da legislação relativamente às Ordens profissionais traz como positivo a clarificação do Modelo de Desenvolvimento Profissional da Ordem dos Enfermeiros, de forma particular da abolição da proposta do “ano de exercício profissional tutelado”.

No que à formação pós-graduada de enfermeiros diz respeito, esperava-se maior clarificação do Modelo de Desenvolvimento Profissional sobretudo no que se refere à definição de áreas de conteúdos e o âmbito da participação das instituições de Ensino Superior, bem como de novas áreas de especialidade. Se num primeiro momento isto se observou, com a perspectiva da especialização em Enfermagem de Saúde Familiar e em Enfermagem Peri-operatória, com as eleições e os novos corpos sociais, continua-se numa situação de indefinição.

Atualmente observa-se uma maior abertura política, que poderá estar a ser influenciado pela alteração do quadro parlamentar.

É neste contexto de alguma imprevisibilidade que se desenvolve o presente Plano estratégico, numa perspectiva de que é dinâmico e aberto a oportunidades.

Metodologicamente organiza-se em torno dos eixos do “Plano Estratégico 2015-2019”, do IPVC.

EDUCAÇÃO, ENSINO E FORMAÇÃO

Objetivo estratégico 1: Fortalecer e valorizar uma oferta formativa integrada, inovadora, criativa, reflexiva e profissionalizante.

A política de formação tem sido discutida e partilhada com os órgãos de gestão da ESS, entre os coordenadores da Área Científica da Saúde e do Grupo Disciplinar da Enfermagem, e com os docentes.

É propósito da AC que a âncora são os cursos de Enfermagem, no entanto deve-se diversificar a oferta formativa. Das tentativas que se efectuaram para a criação de novas licenciatura, nomeadamente em terapia ocupacional e podologia, tal não foi possível. Tendo em consideração que a A3ES tem restringido a aprovação de cursos de licenciatura na área da saúde, com argumentos muito relacionados com a qualificação do corpo docente, parece-nos que a estratégia passa pela na formação pós-graduada (mestrados e cursos não conferentes de grau), não sendo de excluir a formação ao nível de CTESP, que permitam o desenvolvimento articulado de formação ao nível de licenciatura e pós-graduações.

Considera fundamental a consolidação dos cursos de formação que actualmente se encontram a ser ministrados.

Continua assumir-se como orientação estratégica a formação como um *continuum* entre os cursos técnicos superiores especializados (CTESP) e os mestrados, e, sempre que necessário e oportuno, deve ser realizada em parceria com outras áreas científicas do IPVC.

Privilegia-se a formação conferente de grau, mais especificamente os primeiros e segundos ciclos.

Tendo em consideração o histórico da formação de enfermeiros, é oportuno fazer alguma caracterização do acesso ao curso de licenciatura

Na série temporal em apreciação (quadro 1), a procura do curso na ESS, através do Concurso Nacional de Acesso, atingiu o valor mínimo em 2012/13, com 284 candidatas, aumentando em 2014/15 para 394 candidatas, para voltara a diminuir em 2015/16. O aumento do número de candidatas reflectiu-se no aumento da classificação mínima é média, sendo próxima de 135.

Este aumento da procura poderá ter sido accidental, pelo que se torna premente a diversificação da oferta formativa pré-graduada, ainda que continue a haver necessidade de formar enfermeiros. Conforme dados da OCDE relativos a 2014, em Portugal havia 6,1 enfermeiros/1000 habitantes, abaixo de maioria dos países de EU, o que indicia a necessidade de mais enfermeiros para suprir as necessidades de assistência por estes profissionais. Por outro lado o perfil demográfico e de saúde-doença, perspectiva mais necessidade de cuidados. O envelhecimento, as doenças crónicas, as TIC aplicadas à saúde ou a tele saúde, aliados à diversificação de instituições com intervenção na assistência em saúde, exigirão profissionais com formação mais adequada a novas realidades em constante alteração.

Quadro I - Resultados do Concurso Nacional de Acesso ao Curso de Licenciatura em Enfermagem (ESS - IPVC)

	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16
	1.ª Fase	1.ª Fase	1.ª Fase	1.ª Fase
Vagas	70	70	70	70
Colocados	71	70	70	71
Candidatos CNA	284	296	394	359
Méd. Geral	137,5	134,2	138,7	137,1
Candidatos 1.ª Opção	46	47	44	38
Colocados 1ª opção		42	36	38
Índice ocupação regimes especiais		24	27	26
Índice de ocupação		99	98,9	99

No que se refere aos cursos de mestrado, não havendo a abertura de todos os mestrados em todos os anos, de uma forma geral verifica-se que todos os anos o número de vagas tem sido ocupadas, com excepção do curso de mestrado em Enfermagem de Saúde Materna e Obstetrícia. No Curso de Mestrado em Enfermagem Médico-Cirúrgica houve necessidade de no ano 2013/14 abrir duas turmas, em semestres consecutivos.

É de salientar que em 2016 os cursos foram objecto de avaliação pela A3ES, aguardando-se os relatórios.

No ano lectivo 2015/16 abriu o primeiro CTESP em Termalismo e Bem-Estar com 30 vagas, com uma procura de 73 candidatas.

A atual oferta formativa da ESS é a seguinte (tabela 1):

Tabela 1 - Oferta formativa da Escola Superior de Saúde (2012-2013)

1º. Ciclo:	Licenciatura em Enfermagem
	Mestrado Cuidados Paliativos
	Mestrado Enfermagem de Reabilitação
	Mestrado Enfermagem de Saúde Comunitária
	Mestrado Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica ¹
2º. Ciclo	Mestrado Enfermagem Médico-cirúrgica
	Mestrado Gestão das Organizações (ramo Gestão de Unidades de Saúde) ²
	Mestrado Promoção e Educação para a Saúde ³
	Mestrado em Gerontologia Social ³
Pós-graduações não conferentes de grau	Supervisão clínica Quiromassagem
CTESP	Termalismo e Bem-Estar

Face ao histórico da instituição, e à qualificação do seu corpo docente, a estratégia da formação deve sustentar-se no seguinte:

- Ao nível do 1º ciclo, o curso de Enfermagem, deve manter-se, uma vez que se trata da única formação pré-graduada em saúde e tem um histórico de quase 40 anos. Aguarda-se o relatório da A3ES, para se averiguar da aceitação das propostas de alteração ao Plano de Estudos, podendo haver necessidade de outras alterações, decorrentes da interpretação da Directiva 2005/36/CE, com as alterações da Directiva 2013/55/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de Novembro. Por outro lado deve estar em aberto a possibilidade de redução do número de vagas a favor de outros cursos a criar⁴, no entanto deve ser analisado em termos da política global do IPVC, considerando a procura dos cursos e a sua sustentabilidade
- Relativamente a outras formações de 1º ciclo, a ESS/IPVC trabalhou na construção de Planos de Estudos na área da terapia ocupacional e na área da podologia com a Escola Superior de Saúde de Santarém mas estes processos não foram conclusivos. Se a oferta formativa em cursos de terapia ocupacional está suficientemente assegurada, no que se refere à podologia, este curso é ministrado exclusivamente pelo setor privado (CESPU), continuando-se a considerar que pode ser este um curso a criar. Não havendo corpo docente qualificado na área, a criação deste curso aponta para a necessidade dum consórcio com outra(s) instituição(ões). Mas a forma mais adequada de abranger esta área da formação, orienta-nos para um curso de pós-graduação ou para a criação de unidade(s) curricular(es) a integrar nos cursos de mestrado em Enfermagem de Reabilitação.

Assim, em relação às formações de 1º ciclo, abrem-se as seguintes perspetivas:

1 - Em parceria com as Escolas Superiores de Enfermagem/Saúde da UTAD e do IPB (porque a primeira é de Enfermagem e a segunda de Saúde – Vê) IPB e UTAD

2 - Em parceria com APNOR

3 - Em parceria com a ESE

- a) LICENCIATURA EM TERMALISMO E BEM-ESTAR. O termalismo é uma área em desenvolvimento e, na ESS encontra-se em funcionamento o CTESP na mesma área, pelo que poderá constituir-se uma oportunidade em termos de continuidade desta formação. Será adequado e oportuno fazer-se a avaliação das oportunidades decorrentes do CTESP, a empregabilidade e as expectativas dos actuais estudantes. Esta licenciatura poderá ser dimensionada na conjugação com outras áreas científicas.
- b) LICENCIATURA EM TERAPIAS COMPLEMENTARES - Já foi legislado, e alguns cursos regulamentados, essencialmente na área da Osteopatia. Os recursos humanos com formação na área são limitados, tornando-se necessário encontrar parceiros. Cumulativamente torna-se necessário definir se é uma área estratégica para o IPVC.
- c) OUTRAS LICENCIATURAS EM PARCERIA. Tendo em consideração os recursos instalados nesta área científica e na das “Ciências da Vida e da Terra”, a licenciatura em Saúde Ambiental pode constituir uma oportunidade de oferta formativa; de igual modo, relativamente à licenciatura em “Nutrição Humana e Qualidade Alimentar” em parceria com as áreas científicas das “Ciências da Engenharia e Tecnologias” e “Ciências da Vida e da Terra”. No entanto, esta decisão deve ser muito bem ponderada atendendo à saturação de oferta destes cursos pelas escolas de tecnologias da saúde. Deve ainda analisar possibilidades de outras parcerias com outras escolas/áreas científicas. Pode ser oportunidade licenciaturas em Fitoterapia ou outras terapias complementares

Ao nível do 2º ciclo, deve continuar a fazer-se oferta de mestrados relacionados com áreas de especialização em Enfermagem.

- Considera-se que deve ser alargada a novos cursos, mantendo-se a ordem de prioridades já identificada no anterior Plano de Desenvolvimento Estratégico da AC: Enfermagem de Saúde Familiar, Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiatria, e Enfermagem de Saúde Infantil e Pediatria,

Sempre que haja recursos e número suficiente de candidatos, estes cursos poderão desenvolver-se por iniciativa do IPVC. Pode ponderar-se o funcionamento destes cursos em parceria com outras instituições, a exemplo de outros mestrados que se encontram em funcionamento. Neste processo deve ser sempre ponderado a viabilidade da homologação dos cursos

É oportuno continuar-se a investir em pós-graduações não conferentes de grau, numa lógica articulada com a formação conferente de grau, nomeadamente ao nível de mestrado. Deve ser ponderado na perspectiva de evolução para cursos de mestrado e de unidades curriculares partilhadas com os mestrados, com objetivo de diminuir custos e rentabilizar recursos.

Na lógica acabada de enunciar, sugere-se a criação da pós-graduação “Cuidados paliativos pediátricos”, articulando-a com unidades curriculares do Curso de Mestrado em Cuidados Paliativos.

A oferta do curso de Quiromassagem também deve ser mantida, sugerindo-se que evolua numa lógica de articulação com outras terapias complementares e da eventual criação duma licenciatura a que já nos referimos.

Sugere-se a criação dos seguintes cursos:

- a) ENVELHECIMENTO E SAÚDE. Estando ainda em elaboração uma proposta mais concreta, recomenda-se que o seu formato deve ser orientado para a geriatria e na perspectiva de evolução para mestrado em Geriatria. Esta proposta de formação já tem um grupo de trabalho constituído
- b) ENFERMAGEM PERI-OPERATÓRIA. Trata-se de uma área com potencial de desenvolvimento uma vez que progressivamente se tem investido no desenvolvimento de serviços de cirurgia de ambulatório. Ao nível da formação pós-graduada há oferta numa escola do setor privado e um mestrado na Escola Superior de Saúde de Setúbal. Estando a tecnologia usada nestes serviços em permanente desenvolvimento e não havendo formação específica nesta área para além da que é feita em contexto de trabalho, o curso tem potencial de procura. Pretende-se que esta formação, a evoluir para mestrado, seja feita com o apoio da Associação dos Enfermeiros de Salas de Operações Portugueses (AESOP). Pode ainda potenciar-se com formações específicas em suporte avançado de vida ou em gastroenterologia.

É ainda de salientar que a Ordem dos Enfermeiros se pronunciou sobre esta área de especialidade, tendo proposto uma matriz de conteúdos

- c) CURSO DE Mestrado EM ENFERMAGEM FAMILIAR – é considerada uma área de formação que urge desenvolver, uma vez que para as Unidades de Saúde Familiar há necessidade de formação específica em Enfermagem Familiar, numa lógica do cuidado à família como um todo e a cada um dos seus membros. É um domínio com conhecimento específico, e sobre o qual a Ordem dos Enfermeiros se pronunciou, tendo proposto uma matriz de conteúdos.
- d) FERIDAS E OSTOMIAS - Trata-se de áreas em permanente evolução técnico-científica e na qual os enfermeiros têm intervenção relevante.

Objetivo estratégico 2: Conceber, racionalizar e divulgar a oferta formativa, antecipando necessidades da sociedade.

No âmbito de desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras foi desenvolvido o Curso de Mestrado em Enfermagem de Saúde Materna e Obstetrícia, que em consórcio, com a Escola Superior de Enfermagem de Vila Real (UTAD) e a Escola Superior de Saúde de Bragança (IPB), devido ao reduzido número de candidatas e à escassez de recursos humanos, se recorreu à plataforma Colibri. Pode ser um recurso a continuar a investir, podendo permitir a aceder a públicos de diferentes áreas geográficas e com potencial de captar mais estudantes que podem conciliar de forma mais adequada a actividade profissional com a formação.

Tal como referido anteriormente, a oferta formativa pré-graduada, ao nível do primeiro ciclo, continua a ser monovalente, com um curso de Licenciatura em Enfermagem. Com a longevidade, o aumento das doenças cujos determinantes estão relacionados com os estilos de vida, o aumento da prevalência das doenças crónicas, a globalização com o ciclo da epidemiológico da disseminação das doenças cada vez mais curtos, torna-se importante perspectivar novas necessidades de formação. É do senso comum que a formação que as profissões que a sociedade terá necessidade não serão as profissões actualmente existentes. A evolução das tecnologias de informação e comunicação fazem emergir novas oportunidades em termos da utilização das tecnologias em saúde. Está na ordem do dia a Inovação de Sistemas de Informação, a TeleSaúde, os Big-Data, as App's e a Mobilidade, a utilização de plataformas sobre Literacia em Saúde, a utilização da Robótica na saúde, entre outros. Nesse sentido é propósito da AC que se avaliem as áreas de necessidades da formação em saúde, de forma a permitir perspectivar a adequação dos planos de estudos dos cursos, bem como a emergência de novos cursos, em articulação com outras AC dos IPVC.

Ainda que não se inscreva directamente na racionalização da oferta formativa, deve continuar a trabalhar-se com outros cursos no sentido de articular a formação com o desenvolvimento de projectos.

I+D+I E TRANSFERÊNCIA

Objetivo estratégico 1: Potenciar a investigação e transferência de conhecimento e tecnologia

Apesar das tentativas e esforços no desenvolvimento da investigação na área da saúde tem sido difícil de se concretizar porque os desenvolvimentos em investigação se tem ancorado nos desenvolvimentos académicos dos docentes na sua formação ao nível do 3º ciclo, porque a dimensão do corpo docente obriga ao estabelecimento de prioridade, sendo os recursos canalizados para a formação, e tendo-se feito desenvolvimentos em torno a constituição de uma Unidade de Investigação em Saúde, que tem sido consensual a sua necessidade no seio dos membros da AC, ainda não se observou a homologação do regulamento

Na linha do anterior Plano Estratégico, considera-se que a investigação constitui a interface entre o desenvolvimento do conhecimento em enfermagem e nas ciências da saúde e a qualificação dos processos formativos. Se no primeiro ciclo é importante para preparar os estudantes para a leitura e análise crítica da investigação, no segundo ciclo é crítica para a atribuição do grau e conseqüente reconhecimento para atribuir o grau, pois há necessidade de investigação ou de desenvolvimento de alto nível.

Em 2011, foram definidas linhas de Investigação “Qualidade de vida, saúde e doenças ao longo do ciclo vital” e “Formação, práticas clínicas e ganhos em saúde” que em 2012 forma validadas pela área científica.

O propósito que orienta a dimensão de investigação mantém-se estando previsto que até 6 meses antes do início dos cursos, nesta sede devem definir-se, no âmbito das linhas definidas, os projetos de investigação que permitam continuidade, que se possam candidatar a financiamentos (a procurar em cooperação com a OTIC), que tenham por objetivo a sua divulgação e a produção de material que lhes confira a dimensão de investigação aplicada (manuais, aplicativos informáticos, sistemas de monitorização, etc.).

Este modelo deve ser apresentado e divulgado aos estudantes para que possam decidir os projetos em que desejam integrar-se e articulado com os parceiros com quem estão estabelecidos protocolos (Gabinete da Cidade Saudável, ULSAM, autarquias, outras instituições), com outras áreas científicas do IPVC ou outras instituições formadoras.

A constituição da Unidade de Investigação está pendente da homologação do seu regulamento. Após a sua constituição pretende-se que lidere todo este processo.

A par destes desenvolvimentos torna-se fundamental, mesmo para os processos de creditação, a publicação, quer individualmente, quer em articulação entre docentes, quer com os estudantes. deve dinamizar a articulação com os cursos

Inserido neste objectivo pretende-se ter actualizado as competências humanas e materiais existentes, devendo ser efectuado no seio de uma plataforma prevista para este efeito. Para tal é necessário informação actualizada pelos membros da AC.

Objetivo estratégico 2: Melhorar a ligação entre a IDI&I e os parceiros

Em articulação com o objetivo anterior, a divulgação das competências instaladas deve contribuir para potenciar a ligação com parceiros. Neste âmbito deve-se propor o alargamento de parcerias a outras instituições e autarquias, que permitam o desenvolvimento de investigação articulada entre os processos formativos e as necessidades dos parceiros, podendo ser exemplo o Observatório de Saúde. Os projectos âncora dos cursos devem ser definidos no seio das Comissões de curso.

Ainda no âmbito deste objectivo, os docentes devem manter e aprofundar a sua participação em unidades de Investigação e integrar projectos em parceria

Atendendo à natureza da investigação em saúde é premente a constituição de uma Comissão de Ética.

COMUNIDADE IPVC

Relativamente a este eixo estratégico, a abordagem será genérica, não se procedendo ao elencar da estratégia em função dos objectivos.

As Áreas Científicas são estruturas transversais ao Instituto que agregam docentes e enquanto tal poderão desenvolver actividades de divulgação e integrar actividades propostas por órgãos e estruturas do IPVC.

Neste sentido serão áreas de intervenção a colaboração na divulgação da comunidade IPVC através da revista que venha a ser criada, a concepção e dinamização de actividades que criem valor para a comunidade IPVC, através da participação em programas culturais e lúdicos, ou na criação de um programa de promoção da saúde e bem-estar.

A participação formal em estruturas e serviços dirigidos à comunidade do IPVC é efectuada através da participação de docentes no Gabinete de Saúde do IPVC, ou com valências dirigidas à população escolar e, mais recentemente, alargando à comunidade em geral, com o estabelecimento de protocolos, como é o caso da consulta de terapias familiares, ou das terapias integrativas. Há potencial para o desenvolvimento de novas áreas, como sejam saúde materna, reabilitação.

Ainda neste âmbito a participação em eventos de divulgação das competências da Área Científica se constituem áreas de intervenção.

Em termos internos é objectivo a Promoção de reuniões científicas uma vez que a Área Científica se deve constituir uma sede de discussão de assuntos de carácter científico, que possam promover a discussão e o desenvolvimento dos seus membros.

SOCIEDADE, INTERNACIONALIZAÇÃO E COOPERAÇÃO

Objetivo estratégico 1: Potenciar as relações do IPVC com a sociedade.

Da cultura da Saúde, da Enfermagem e da ESS é parte integrante a intervenção e prestação de serviços à comunidade. Tal como era identificado no Plano Estratégico a que se dá continuidade, nem sempre se tem cumprido esta missão com sentido estratégico. A parceria com o Gabinete Cidade Saudável tem sido uma das que se tem revelado mais consistente pela manutenção e quantidade de projetos. Mais recentemente desenvolveram-se parcerias com outras autarquias (Paredes de Coura, Ponte da Barca, Arcos de Valdevez), com vista a contribuir para a definição do perfil de saúde das populações e para a eventual criação de um Observatório de Saúde.

Outro dos parceiros estratégicos tem sido a ULSAM, que é a instituição onde os estudantes desenvolvem a maioria da sua prática clínica. Esta parceria deverá ser aprofundada com vista ao desenvolvimento de outras actividades, nomeadamente de investigação e formação. Ao nível da formação tem tido oportunidade de fazer a utilização de modelos, sobretudo o simulador de alta fidelidade.

Têm sido desenvolvidas intervenções com a Fundação Gil Eanes, com os Serviços Prisionais, e pontualmente com outras instituições.

Torna-se importante o estabelecimento de parcerias estratégicas, que permitam continuidade, reconhecimento e visibilidade da instituição e dos docentes e o desenvolvimento da área científica.

Objetivo estratégico 2: Reforçar e aumentar o nível de internacionalização do IPVC

A internacionalização da Área Científica articula-se com o Gabinete de Mobilidade e Cooperação Internacional do IPVC, a coordenadora do programa de mobilidade e a diretora da ESS. A mobilidade de estudantes é estratégica, tendo-se observado alguma estabilidade ao longo do tempo, sobretudo na mobilidade Erasmus out-going. No que se refere à mobilidade in-coming deve ser uma área a investir, ainda que se observem dificuldades sobretudo em encontrar contextos de prática clínica, sobretudo devido à barreira da língua.

A mobilidade de docentes tem sido residual, não se observando mobilidade out going e na mobilidade incoming observou-se em 2014/15 a vinda de dois docentes. A este nível é fundamental incentivar a mobilidade sobretudo com o objetivo de divulgação e de desenvolvimento da cooperação no ensino e na investigação. Uma das principais dificuldades é um corpo docente reduzido, em que as prioridades evam a que se privilegie os processos de formação do estudantes na ESS.

GOVERNANÇA

Ainda que este eixo esteja essencialmente direcionado para a gestão, a Área Científica deve constituir-se com um parceiro pré-activo no atingimento dos objectivos.

Objetivo estratégico 1: Liderar e gerir estrategicamente a instituição para e com as PESSOAS

A este propósito é importante alguma caracterização do principal recurso da área científica: os docentes.

No final de 2016 a Área Científica era constituída por 22 docentes a tempo integral, sendo que dois se encontram a tempo integral em actividades de gestão e um docente é uma cedência por interesse público.

Destes docentes 21 tem como formação de base a Enfermagem e um Nutrição. Para suprir as necessidades de lecionação recorre-se a contratações a tempo parcial, sendo que em alguns cursos se aproxima de 40% dos ETI e representam bem mais de 50% do número de docentes.

Nos últimos anos observou-se a aposentação de um número elevado de docentes, sem que se tenha observado novas entradas por concurso. A este quadro é de acrescentar que se trata de um corpo docente em que mais de 70% tem mais de 55 anos.

Ao nível da formação 50% são doutores, sendo que na área dos cursos lecionados há quatro doutores em Enfermagem.

Tendo em consideração a especificidade da formação em Enfermagem, sobretudo ao nível da formação pós-graduada, é fundamental que os docentes sejam enfermeiros especialistas. Assim, enquanto em Enfermagem de Saúde Comunitária ou em Enfermagem de Reabilitação ou em Enfermagem Médico-Cirúrgica há quatro docentes, em Enfermagem de Saúde Materna e Obstetrícia há um e em Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiatria há dois. Acresce-se que três docentes da área da Enfermagem não são enfermeiros especialistas.

Este quadro, com estas qualificações, condiciona as oportunidades em termos da formação de estudantes, tornando-se premente concursos para a admissão de docentes, com formação avançada e especialização em Enfermagem nas áreas mais deficitárias.

Continua a existir a necessidade de investir na formação avançada, pois é essencial para a acreditação de cursos. Neste sentido a área científica das ciências da saúde disponibilizasse para, em articulação com os competentes órgãos de gestão e as outras áreas científicas, definir princípios de apoio à formação avançada e princípios de distribuição de serviço docente.

Outro dos aspectos relevantes refere-se à Distribuição do Serviço Docente. Ainda que já se tenha desenvolvido algum trabalho, sobretudo tendente à transparência neste processo, este trabalho deve ser continuado pois urge dar visibilidade a outros domínios da actividade lectiva, nomeadamente as referentes à investigação, gestão e extensão à comunidade e transferência de conhecimento.

Há necessidade de no Plano de Gestão de Pessoal Docente se inscreva, pondere e valorize as actividades lectivas não restringindo ao serviço lectivo.

Aprovada por unanimidade em plenário da AC em 10 de Abril de 2017

O Coordenador da Área Científica das Ciências da Saúde,

Luís Carlos Carvalho Graça

Professor-adjunto